

Rivania Selma de Campos Ferreira

De: Marcelo de Almeida Frota
Enviado em: quinta-feira, 17 de março de 2022 11:28
Para: Rivania Selma de Campos Ferreira
Assunto: ENC: Distribuição - Demanda nº 2986-2022 - Ofício 00024-22.
Posicionamento favorável ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 127/2021.
Anexos: Ofício 0024.22. PLP127.Confederação das Associações Comerciais e
Empresariais do Brasil.pdf

De: Joao Batista Marques
Enviada em: quinta-feira, 17 de março de 2022 11:13
Para: Marcelo de Almeida Frota <MFROTA@senado.leg.br>
Assunto: Distribuição - Demanda nº 2986-2022 - Ofício 00024-22. Posicionamento favorável ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 127/2021.

Marcelo, ATR

Interessado: Alfredo Cotait Neto
Instituição: Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo
Assunto: Ofício 00024-22. Posicionamento favorável ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 127/2021.
E-mail: presidencia@acsp.com.br

OF 00024-22

Brasília, 15 de março de 2022.

Ao Excelentíssimo Sr. Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal
Senado Federal
Anexo 2 - Ala Teotônio Vilela Gabinete 24
Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília (DF)

Assunto: Posicionamento favorável ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 127/2021.

Excelentíssimo Presidente,

1. Ao apresentar-lhe cordiais saudações, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), integrada por 27 Federações Empresariais que agregam cerca de 2.300 Associações e Câmaras de comércio, indústria, agropecuária e serviços, representando mais de 2 milhões de empresas e empresários de todos os setores da economia brasileira, **manifesta a sua posição favorável ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 127/2021**, que visa a alterar a Lei Complementar nº 123/2006 para possibilitar aos Estados e ao Distrito Federal deixarem de adotar obrigatoriamente o sublimite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), relativo ao Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 155/2016, com validade a partir de 2018.

2. O **Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 127/2021** foi proposto pelo Senador Jorginho Mello (PL/SC), em 09/2021, mas ainda aguarda relator no Senado Federal, o que precisa urgentemente ser encaminhado, a fim de viabilizar a sua imediata tramitação.

3. Cabe recordar que a Lei Complementar nº 155/2016 aumentou o faturamento para enquadramento no regime do Simples Nacional para 4,8 milhões, e, ao mesmo tempo, em seu artigo 19, limitou ao faturamento de 3,6 milhões o pagamento de ICMS por meio do regime tributário simplificado, passando, a partir desse limite, a Micro e Pequena Empresa, a recolher o ICMS pelo regime geral de tributação, gerando mais ônus para essas empresas, as quais deveriam estar recebendo tratamento favorecido e diferenciado, conforme determinação constitucional.

4. Essa alteração legislativa não reflete a realidade econômica brasileira. O aumento do custo para o desenvolvimento da atividade econômica, decorrente de fator inflacionário entre outros, aumenta a receita bruta do empresário, sem que isso reflita em crescimento ou desenvolvimento da empresa, que permanece estruturada como

micro ou pequena empresa e com a margem de lucro estabilizada ou reduzida. Na prática ela continua como microempresa, mas assume obrigações de grandes empresas em virtude do teto legislativo.


5. Além disso, há premente necessidade de um novo teto para o enquadramento de micro e pequenas empresas, referente a receita bruta anual, para permitir que mais empresas saiam da informalidade e consigam manter seus negócios nesse momento pós-pandemia do coronavírus, em que muitos estabelecimentos tiveram que ser penalizados com longos períodos sem atividade, mantendo o pagamento de seus tributos e da folha de pagamento por meio de empréstimos, com grande endividamento.

6. Dados publicados pelo SEBRAE NACIONAL revelam que são cerca de 17 milhões de negócios optantes pelo Simples, o que representa mais de 80% empresas brasileiras. Elas respondem por 44% da massa salarial e juntas, foram responsáveis pela geração 293,2 mil novos empregos em 2020. Esses empreendimentos também contribuem significativamente para a arrecadação. Em 2019, os tributos chegaram a R\$103 bilhões e, em 2020, a R\$105 bilhões. A tendência é que o número aumente com a criação de novas empresas, oportunizando que o Brasil obtenha mais investimentos para o crescimento econômico necessário.

7. Nesse sentido, a CACB pleiteia a imediata designação de um relator para que o PLP 127/2021 possa tramitar no Senado Federal e, ao final, ser aprovado, aumentando o limite máximo para enquadramento no regime simplificado e devolvendo aos Estados a prerrogativa de recolhimento do ICMS por meio de guia única, permitindo, assim, aos fiscos estaduais e as micro e pequenas empresas a necessária simplificação em prol do desenvolvimento econômico.

8. Certos do acolhimento de Vossa Excelência ao nosso pedido, reiteramos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Alfredo Cotait Neto,
Presidente.



SENADO FEDERAL
Presidência

Ofício nº 0442.2022-PRESID

Brasília, 17 de março de 2022.

Ao Senhor

Alfredo Cotait Neto

Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil - CACB

cacb@cacb.org.br

Assunto: Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 127/2021.

Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, e, por sua incumbência, venho acusar o recebimento do Ofício nº 00024/2022, datado de 15 de março do ano corrente, ao tempo de apresentar, de sua parte, manifestação de agradecimento pela contribuição para o bom debate democrático, o que em muito enriquece os trabalhos deste Senado Federal.

2 O entendimento dessa Confederação foi remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para fins de ciência e eventual encaminhamento à Comissão atinente, mencionando que a Casa também possui, como mecanismo para o exercício da prática democrática, o portal e-Cidadania <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/sobre>, que dispõe de ferramentas para o envio de ideias legislativas, para a participação interativa em audiências públicas e para a consulta pública sobre proposições legislativas. Ao utilizar e divulgar o portal e-Cidadania, estimula-se a maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação desta Casa Legislativa.

3 Por fim, reitera-se que o Senado Federal permanece ao alcance da população para o diálogo e para a busca da melhor condução dos temas de interesse da nação.

Atenciosamente,

João Batista Marques

Chefe de Gabinete

(Assinado digitalmente)



Senado Federal – Presidência

Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>